



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27230 - DF (2021/0004665-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : **ANDERSON RALPH DE MORAIS**  
**ADVOGADO** : **IZABELLA CRISTINA ROCHA GONCALVES - MG155443**  
**IMPETRADO** : **MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**  
**INTERES.** : **UNIÃO**

### **DECISÃO**

Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ANDERSON RALPH DE MORAIS contra ato praticado pelo MINISTRO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA, que determinou demissão do impetrante do cargo de policial rodoviário federal, conforme Portaria n. 595, de 18/12/2020.

Aduz que se trata de processo administrativo disciplinar deflagrado com o intuito de apurar suposta responsabilização do impetrante em possíveis irregularidades administrativas, supostamente ocorridas em alguns meses do ano de 2016.

Narra que foi investigado e demitido por supostamente, segundo argumenta, “angariar vantagem indevida” por meio de abastecimentos irregulares, em postos de gasolina, em seu veículo particular.

Alega que o relatório conclusivo, bem como a decisão final, que levaram à demissão do impetrante, encontram-se em total descompasso com os elementos probatórios existentes no feito.

Argumenta que houve apresentação da defesa escrita, contudo, aduz que não foram respeitados o contraditório e a ampla defesa, por não ter havido, segundo alega, sua intimação ou de seu procurador constituído no decorrer do processo.

Requer, ao final, que que seja ordenada a imediata reintegração do impetrante aos quadros da Polícia Rodoviária Federal, restabelecendo sua remuneração, com a suspensão da referida portaria, por meio da qual foi demitido, até ulterior deliberação judicial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Defiro os benefícios da gratuidade da justiça.

Sabe-se que a concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a

satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, evidenciado ante a possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

Outrossim, verifica-se a ausência de fumaça do bom direito, uma vez que o mandado de segurança não configura a via adequada para o reexame das provas produzidas no processo administrativo disciplinar, o que demandaria dilação probatória no bojo de tal ação constitucional, que é exatamente a hipótese dos autos. Prevalece, na hipótese em epígrafe, a presunção de legitimidade do ato administrativo, inclusive com relação à conclusão de que houve violação do dever de observar as normas legais e regulamentares, de que se valeu do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública, de que cometeu improbidade administrativa, bem como de que houve lesão aos cofres públicos.

Outrossim, não foram colacionadas aos autos provas inequívocas pré-constituídas no sentido de que não foi oportunizado o exercício de contraditório e da ampla defesa à parte impetrante, houve apenas mera afirmação a tal respeito, sem demonstração irrefutável que pudesse, num exame perfunctório, ensejar a concessão da liminar desejada. Ao contrário, o próprio impetrante afirma, em sua exordial, que se defendeu apresentando fatos, citando provas e evidenciando elementos presentes nos autos (fl. 28).

Ademais, o pedido de liminar, que tem como objetivo anular o ato demissório, confunde-se com o pedido principal da impetração, demonstrando a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Por fim, não se deve descurar que o controle jurisdicional do PAD diz respeito tão somente ao exame da regularidade do procedimento, levando-se em conta os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, o que não autoriza, portanto, nenhuma imersão no mérito administrativo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da

Lei n. 12.016/2009).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente